

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR MPF/PRPE N.º 6/2026

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá da melhor forma a necessidade de serviços terceirizados nas áreas de:

- a) **manutenção predial** preventiva e corretiva nas instalações elétricas, hidrossanitárias, telefônicas e lógicas do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco e, eventualmente, das demais unidades ministeriais localizadas em Caruaru, Garanhuns, Serra Talhada e Petrolina e;
- b) **manutenção de refrigeração/climatização** do edifício-sede da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco (PR/PE).

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade, realizando o levantamento dos principais requisitos, sejam técnicos, legais ou de sustentabilidade, das condições do mercado, do quantitativo, das especificações do objeto e das especificidades contratuais, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 - A contratação visa atender a necessidade de serviços terceirizados nas áreas de manutenção predial preventiva e corretiva nas instalações elétricas, hidrossanitárias, telefônicas e lógicas das instalações físicas da Procuradoria da República em Pernambuco e para as demais unidades do MPF nos municípios de Caruaru, Garanhuns, Serra Talhada e Petrolina e da manutenção de refrigeração/climatização do edifício-sede da PRPE.

1.2 - A contratação de empresas especializadas em serviços de manutenção predial e de refrigeração/climatização é uma estratégia para assegurar o cuidado contínuo e a preservação do edifício da PRPE e PRMs, ocasionalmente. Um prédio requer uma gestão proativa de sua infraestrutura para evitar a deterioração e, conseqüentemente, a necessidade de gastos maiores com reformas e reparos emergenciais no futuro. A manutenção preventiva, executada por profissionais qualificados como eletricitas de manutenção eletroeletrônica e auxiliares de manutenção geral, permite identificar e resolver pequenos problemas antes que se tornem grandes e dispendiosos. Isso inclui desde a verificação periódica de sistemas elétricos e hidráulicos até a realização de reparos em alvenaria e estruturas.

1.3 - A presente contratação é indispensável, tendo em vista que as atividades a serem exercidas não são inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos das Carreiras de Analista e Técnico do Ministério Público da União (Portarias PGR/MPU nº 302, de 24.5.2013, e nº 84, de 30.8.2017), bem como estão abrangidas nos serviços que, no Ministério Público Federal, são objeto de execução indireta, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme o disposto no art. 4º da Instrução Normativa SG/MPF nº 2, de 19.2.2019.

1.4 - Cabe registrar que os contratos de serviços terceirizados nas áreas de manutenção predial preventiva e corretiva nas instalações elétricas, hidrossanitárias, telefônicas e lógicas das instalações físicas (CTO-MPF/PRPE Nº 12/2022) e de manutenção de refrigeração (CTO-MPF/PRPE Nº 11/2022), celebrados com a empresa ÉTICA EMPREENDIMENTO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, têm vigência até 31/05/2027, entretanto, com a iminente rescisão unilateral, com efeitos prospectivos, conforme Relatórios 49/2025 CA/PRPE (PR-PE-00060581/2025) e 47/2025 CA/PRPE (PR-PE-00060383/2025), apurados nos Processos Administrativos 1.26.000.001670/2025-48 e 1.26.000.001668/2025-79, respectivamente, faz-se necessária uma nova licitação, a fim de evitar solução de continuidade dos serviços em questão.

1.5 - Justifica-se, enfim, a contratação, por se tratar de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios que não são abrangidos entre os cargos vigentes e atividades do órgão, devendo ser terceirizados a empresas do ramo por meio de contrato de execução indireta, celebrado após o devido processo licitatório. A contratação de empresas especializadas para o desenvolvimento de tais atividades é a regra no serviço público, com lastro legal, técnico e jurídico, tendo por objetivo proporcionar maior eficiência na gestão e aproveitamento de recursos públicos.

1.6 - Dessa forma, faz-se necessária e urgente a contratação dos referidos serviços supracitados, a fim de evitarmos descontinuidade dos serviços contratados, de forma a não comprometer as atividades institucionais, nas instalações físicas do MPF/PE e Unidades do interior.

1.7 - Ramo de Atividade predominante das contratações:

Manutenção predial GRUPO 545, CATSER 1627

Manutenção ar-condicionado GRUPO 871, CATSER 3492

Códigos retirados do Catálogo Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada/planilha-catmat-catser>).

II – PREVISÃO NO PLANEJAMENTO ANUAL E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

2.1 - A presente contratação consta no Plano de Contratação Anual - PCA-2026 da PRPE, documento PRPE-D0048/25.

2.2 - Ademais, a contratação está inserida no Planejamento Estratégico Institucional – PEI/MPF - para os anos de 2024-2027, principalmente no que tange aos seguintes Objetivos Estratégicos (conforme Portaria PGR/MPF nº 843/2024):

"II - Processos internos:

b) OE 4 - garantir processos eficientes com regras negociais disseminadas;

III - pessoas e recursos:

a) OE 6 - consolidar a gestão por competências;

b) OE 7 - incentivar ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável."

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 - Requisitos Funcionais:

3.1.1 – Da participação na licitação

3.1.1.1 - Empresas optantes pelo regime tributário lucro real: Das empresas optantes pelo regime tributário lucro real serão exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD - Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil, em que seja possível comprovar as alíquotas médias efetivas, que deverão constar na planilha de custos e formação de preço.

3.1.1.1.1 - A comprovação das alíquotas médias efetivas deverá ser feita no momento da repactuação ou da prorrogação contratual, a fim de se promover os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos de PIS e COFINS.

3.1.1.2 - Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei n. 8.212/1991 e alterações e nos artigos 108, 110, 111 e 112, da Instrução Normativa – RFB n. 2.110/2022 e alterações, licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem os arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e 31, inciso II, da Lei Complementar n. 123/2006 e alterações.

3.1.1.2.1 - A licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura, venha a ser contratada, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou

Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar n. 123/2006 e alterações.

3.1.1.2.2 - Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, a própria Procuradoria da República em Pernambuco, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar n. 123/2006 e alterações.

3.1.1.2.3 - A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar n. 123/2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

3.1.2 – Da não participação na licitação

Não poderão participar desta licitação:

3.1.2.1 – Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, uma vez que as dimensões técnicas e financeiras da presente contratação são dissonantes à atuação de entidades empresariais reunidas em consórcio, uma vez que a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas na realização deste objeto, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.

3.1.2.2 – Sociedades Cooperativas: Não será admitida a participação de sociedades cooperativas, haja vista a vedação contida no enunciado da Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União e no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

3.1.2.3 – Pessoa Física, uma vez que a contratação em questão exige uma estrutura específica, equipamentos, instalações e uma equipe de profissionais especializados. Dessa forma, a participação de pessoas físicas está impedida, conforme previsto no Parágrafo Único do Art. 2º da IN SEGES/ME nº 116/2021, *in verbis*:

"Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar."

3.1.3 - A empresa CONTRATADA deverá instalar escritório em Recife ou na Região Metropolitana de Recife, ficando mais perto da sede da Administração Estadual da PR/PE, em que se localizam as áreas responsáveis pela gestão de contratos e pela fiscalização técnica e administrativa, e onde os serviços serão prestados, de modo a permitir o andamento das tratativas entre as partes da melhor forma possível durante a execução contratual.

3.1.3.1 - Tal exigência está de acordo com o **Anexo VII-A da IN 05/2017**:

"10.6. Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico operacional, a Administração poderá exigir do licitante:

a) declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato;"

3.1.3.2 - Além da previsão normativa mencionada anteriormente, essa exigência tem como objetivo reduzir os problemas enfrentados na gestão de contratos similares (DEMO). Entre esses desafios, destaca-se a dificuldade de comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, especialmente devido à estrutura operacional da contratada, que muitas vezes está localizada distante da sede da CONTRATANTE. Essa distância dificulta ainda o atendimento a acionamentos relacionados à realização de reuniões e à orientação presencial dos funcionários terceirizados, além da entrega de documentos, fardamentos, EPIs e equipamentos necessários para as atividades desenvolvidas.

Av. gov. Agamenon Magalhães, n.º 1.800, bairro do Espinheiro, em Recife/PE – Fone/fax: (81) 2125.7303

3.1.4 - Da possibilidade de modificação subjetiva: É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

3.1.5 - As empresas contratadas alocarão empregados, em quantidade suficiente, para a realização eficiente dos serviços, conforme proposta apresentada à PRPE.

3.1.6 - As prestadoras dos serviços devem fornecer mão de obra, fardamentos, equipamentos e EPIs necessários para a execução dos serviços.

3.1.7 - As empresas CONTRATADAS devem cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

3.1.8 - Os serviços devem ser executados dentro das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

3.2 - Requisitos Legais

A presente contratação será regida pela Lei 14.133/2021.

A contratada deve atentar para os seguintes normativos:

3.2.1 - Leis:

- **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:** institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999:** que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;
- **Lei nº 12.305, de 12 de fevereiro de 2010:** institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

3.2.2 - Decretos:

- **Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015:** regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- **Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018:** que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União (revoga o Decreto nº 2.271, de 1997);
- **Decreto Federal nº 10.936/2022:** regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022:** que regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022:** que regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

3.2.3 - Instruções Normativas:

- **Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010:** dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- **Instrução Normativa SEGES nº 05, de 26 de maio de 2017:** dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

- **Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022:** que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Instrução Normativa SG/MPF nº 1, de 8 de fevereiro de 2018:** que dispõe sobre os serviços de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal;
- **Instrução Normativa SG/MPF nº 2, de 19 de fevereiro de 2019:** que dispõe sobre a contratação de serviços de execução indireta, com dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito do Ministério Público Federal;
- **Instrução Normativa SG/MPF nº 39, de 05 de novembro de 2025:** altera a Instrução Normativa nº 2, de 19 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a contratação de serviços de execução indireta, com dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito do Ministério Público Federal.

3.2.4 – Portarias:

- **Portaria PGR/MPU nº 38, de 16 de março de 2023:** institui a Política de Governança das Contratações do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União.
- **Portaria PGR/MPF nº 98, de 12 de setembro de 2017:** que aprova o Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União;
- **Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023:** regulamenta o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Ministério Público da União;
- **Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023:** dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União;
- **Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023:** regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública da União;
- **Portaria SG/MPF nº 174, de 20.3.2019:** que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal;
- **Portaria PGR/MPU nº 209, de 11 de outubro de 2023:** institui medidas inclusivas para pessoas transgênero e minorias sociais nos editais de concurso público para as carreiras de servidor, na contratação de estagiários e nos contratos terceirizados com mão de obra residente no âmbito do Ministério Público da União e dá outras providências.
- **Portaria PGR/MPF nº 290, de 9 de maio de 2023:** que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade, o Plano de Logística Sustentável e a Rede MPF Sustentável no âmbito do Ministério Público Federal;
- **Portaria PGR/MPF nº 843, de 18 de outubro de 2024:** atualiza o Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal para o período de 2024 a 2027.
- **Portaria n.º 1.078 de 16 de julho de 2014:** aprova o Anexo 4 - Atividades e operações perigosas com energia elétrica - da Norma Regulamentadora n.º 16 - Atividades e operações perigosas.

3.2.5 - Normas Regulamentadoras:

- **Norma Regulamentadora nº 6:** regulamenta a execução do trabalho com uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), sem estar condicionada a setores ou atividades econômicas específicas;
- **Norma Regulamentadora nº 10:** define requisitos de segurança para instalações e serviços em eletricidade;
- **Norma Regulamentadora nº 16 do MTE:** - Atividades e Operações perigosas;

- **Norma Regulamentadora nº 18:** estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que visam à implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
- **Norma Regulamentadora nº 35:** dispõe sobre padrões de segurança para o trabalho em altura, ela garante que nenhum trabalho coloque em risco a vida e a integridade dos funcionários.

3.2.6 - Outros:

- **Resolução nº 264 CNMP, de 3 de julho de 2023:** estabelece parâmetros gerais para a contratação de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar no âmbito dos ramos e das unidades do Ministério Público;
- **Guia de contratações sustentáveis do MPF;**
- **Manual de Gestão e Fiscalização de contratos administrativos do Ministério Público Federal;**
- **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União;**
- **Referencial Técnico de Custos, 4ª edição** – referente a contratações de serviços terceirizados no âmbito do Ministério Público da União.
- **Convenções Coletivas de Trabalho vigentes relativas aos postos de trabalho a serem contratados.**

3.3. Justificativa quanto à natureza do serviço

3.3.1 - O objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum de engenharia, conforme art. 6º, XXI, alínea "a", da Lei 14.133/2021, considerando ser caracterizado como serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

3.4 - Requisitos da natureza continuada do serviço/fornecimento

3.4.1 - Os serviços serão prestados em caráter contínuo, por se tratar de **atividade essencial e de necessidade permanente** para o regular funcionamento desta Instituição Ministerial, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional" (TCU. Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz).

3.4.2 - Ademais, são classificados como serviços continuados no âmbito do Ministério Público Federal, conforme prescreve o art. 1º, inciso LIII, da Instrução Normativa nº 1, de 8 de fevereiro de 2018, *in verbis*:

Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada:

(...)

XX. Manutenção predial;

(...)

XXXIII. Manutenção de sistema de ar-condicionado"

3.5 - Requisitos Temporais

3.5.1 - Os prazos de vigência das contratações são de **05 (cinco) anos**, contados a partir da assinatura eletrônica do ordenador de despesa, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por interesse das partes **até o limite de 10 anos**, com base no artigo 107, da Lei 14.133, de 2021.

"Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes."

3.5.1.1 - O início da prestação dos serviços está previsto para ocorrer em **01/04/2026**, tendo em vista o tempo necessário para finalizar o processo licitatório, bem como a necessidade de rescisão unilateral dos contratos vigentes que têm como objeto os itens a serem licitados, a fim de não incorrer em solução de continuidade.

3.5.2 - Enfatiza-se que uma contratação mais longa propicia uma maior diluição dos custos iniciais de contratação, de forma que a proponente possa melhorar sua margem mensal de retorno e repassar à Administração um valor mais competitivo, ante uma contratação de 12 meses, ou seja, um maior período inicial permite que a CONTRATADA possa melhor amortizar seus custos iniciais e fazer proposta mais vantajosa para a Administração. Para mais, vislumbra-se a possibilidade de uma parceria mais duradoura, com maior estabilidade, que resulte em benefícios econômicos e operacionais para o órgão.

3.5.3 - Considerando essas vantagens operacionais (realizar menos processos de prorrogação e, assim, obter maior eficiência dos recursos humanos) e econômicas (possibilidade de redução dos custos mensais devido ao maior prazo para diluir o investimento inicial), bem como a característica do serviço (não é recomendada uma alta rotatividade de empresas na prestação dos serviços), opta-se, portanto, por uma vigência inicial de cinco anos.

3.5.4 - Os dias e horários de realização dos serviços serão definidos pelo Fiscal Técnico.

3.5.5 - As jornadas de trabalho serão cumpridas em dias e horários a serem estabelecidos pelo Fiscal Técnico e poderão ser alteradas a qualquer tempo de acordo com critérios de oportunidade e conveniência da Administração, respeitados os limites previstos em lei. As jornadas de trabalho dos postos que serão contratados se encontram pormenorizadas no **ITEM VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**.

3.6 - Requisitos de Segurança

3.6.1 - Os funcionários das empresas CONTRATADAS deverão circular nas dependências internas e externas usando uniforme, crachá e o respectivo EPI necessário para o desempenho das suas atividades.

3.6.2 - Os colaboradores terceirizados devem assinar o TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO (TCMS), cujo modelo seguirá anexo ao Termo de Referência e Edital do Pregão, comprometendo-se a manter sigilo dos dados pessoais a que tiver acesso durante suas atividades no Ministério Público Federal, com base nas Leis nº 12.527/2011, n.º 12.965/2014 e n.º 13.709/2018.

3.6.3 - As proteções, sinalizações e fechamentos necessários à execução dos serviços ficarão a cargo da CONTRATADA, sendo responsável por qualquer prejuízo ou dano causado a pessoas ou ao patrimônio de terceiros, devendo os procedimentos e materiais - placas de sinalização e/ou cavaletes de proteção - estarem de acordo com a ABNT 16083/2012.

3.6.4 - Os funcionários das empresas contratadas deverão adequar-se às regras de segurança da circulação e identificação da PRPE, bem como à legislação pertinente.

3.6.5 - As empresas contratadas deverão fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços.

3.6.6 - Em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a CONTRATADA e a CONTRATANTE devem zelar pela proteção dos Dados Pessoais, comprometendo-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; observando o dever de sigilo, quanto às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio; cumprindo obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

3.7 - Requisitos Técnicos

Os requisitos técnicos farão parte do **ITEM VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.**

3.8 - Requisitos de Garantia do Contrato

3.8.1 – As empresas CONTRATADAS fornecerão à Procuradoria da República em Pernambuco, até **15 (quinze) dias** após a assinatura do contrato, garantia numa das modalidades previstas no art. 96 da Lei 14.133/21, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos, de acordo com o art. 98 da Lei 14.133/21:

"Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

Parágrafo único. Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos no caput deste artigo."

3.8.2 - O edital deverá fixar prazo mínimo de **1 (um) mês**, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro-garantia.

3.9 - Requisitos de qualificação técnica

Para a prestação dos serviços contratados é fundamental exigir o atestado de capacidade técnica, pois assegura que as empresas contratadas tenham a expertise e qualificação necessárias. Isso não só garante a qualidade e eficiência dos serviços, minimizando riscos de falhas e problemas, mas também protege os recursos públicos ao promover a economicidade e a conformidade com a Lei de Licitações.

3.9.1 – Para o lote 01 – Manutenção Predial

3.9.1.1 - Certidão de registro no respectivo Conselho de Classe competente da CONTRATADA e de seu responsável competente.

3.9.1.1.1 - no caso de a LICITANTE ter a sua sede fora da jurisdição de Pernambuco deverá providenciar registro ou visto no CREA/PE, CAU/PE ou CFT/PE, na hipótese de sagrar-se vencedora da licitação.

3.9.1.2 - Capacidade Técnico-Operacional – A empresa participante deverá apresentar um ou mais **atestado(s)**, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m):

3.9.1.2.1 - que tenha executado contrato(s) com, **no mínimo, 50% (cinquenta por cento)** do número de empregados que serão necessários para suprir o atendimento ao objeto da licitação. Será aceito o somatório de atestado(s) e/ou declaração(ões) de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

3.9.1.2.1.1 - Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

3.9.1.2.2 - Experiência mínima de **3 (três) anos** na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do pregão. Será aceito o somatório de documentos para comprovação da experiência, sendo os períodos concomitantes computados uma única vez. Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência do pregoeiro. Tal

exigência atende o Acórdão nº 10049/2018- TCU-2ª Câmara, Voto, item 11, alínea IV.

3.9.1.2.3 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, conforme Acórdão TCU nº 1214/2013.

3.9.1.2.4 - O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação do signatário e ser apresentado em papel timbrado do emitente

3.9.1.2.4.1 - Os atestados de capacidade técnico-operacional **deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária** especificadas no contrato social vigente do licitante, conforme subitem 10.3.b) da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

3.9.1.2.5 - A PRPE poderá confirmar a autenticidade dos atestados de capacidade técnica por meio de diligência às instituições fornecedoras dos atestados.

3.9.1.2.6 - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

3.9.1.4 - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.9.1.5 - Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório no município de Recife ou na Região Metropolitana de Recife, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

3.9.2 – Para o contrato de Manutenção de Refrigeração/climatização

3.9.2.1 - Certidão de registro no respectivo Conselho de Classe competente da CONTRATADA e de seu responsável competente.

3.9.2.1.1 - no caso de a LICITANTE ter a sua sede fora da jurisdição de Pernambuco deverá providenciar registro ou visto no CREA/PE, CAU/PE ou CFT/PE, na hipótese de sagrar-se vencedora da licitação.

3.9.2.2 - Capacidade Técnico-Operacional - A empresa participante deverá apresentar um ou mais **atestado(s)**, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m):

3.9.1.2.1 - que tenha executado contrato(s) com, **no mínimo, 50% (cinquenta por cento)** do número de empregados que serão necessários para suprir o atendimento ao objeto da licitação. Será aceito o somatório de atestado(s) e/ou declaração(ões) de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

3.9.2.2.1.1 - Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

3.9.2.2.2 - Experiência mínima de **3 (três) anos** na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do pregão. Será aceito o somatório de documentos para comprovação da experiência, sendo os períodos concomitantes computados uma única vez. Para

a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência do pregoeiro. Tal exigência atende o Acórdão nº 10049/2018- TCU-2ª Câmara, Voto, item 11, alínea IV.

3.9.2.2.3 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, conforme Acórdão TCU nº 1214/2013.

3.9.2.2.4 - O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação do signatário e ser apresentado em papel timbrado do emitente

3.9.2.2.4.1 - Os atestados de capacidade técnico-operacional **deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária** especificadas no contrato social vigente do licitante, conforme subitem 10.3.b) da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

3.9.2.2.5 - A PRPE poderá confirmar a autenticidade dos atestados de capacidade técnica por meio de diligência às instituições fornecedoras dos atestados.

3.9.2.2.6 - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

3.9.2.4 – Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.9.2.5 - Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório no município de Recife ou na Região Metropolitana de Recife, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

3.10 - Requisitos de qualificação econômica

Considerando que o objeto do presente Estudo tem orçamento de vulto considerável e na tentativa de assegurar a contratação de uma empresa sólida no mercado, faz-se necessária a exigência de indicadores de liquidez, que poderão ser comprovados nos documentos a seguir.

3.10.1 - Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (art. 69, I, Lei 14.133), já exigíveis e apresentados na forma da lei.

3.10.1.1 - Os documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

3.10.1.2 - Os balanços patrimoniais deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado.

3.10.1.3 - É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios.

3.10.1.4 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, devidamente registrado.

3.10.1.4.1 – Além do balanço de abertura, as empresas constituídas no exercício social vigente devem apresentar o balancete referente ao mês imediatamente anterior à data da abertura da sessão pública;

3.10.1.5 – Para efeito de verificação das datas de validade do Balanço e indicadores, será considerada a situação na data prevista para a abertura da sessão pública deste Pregão.

3.10.2 – Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira deverão comprovar que o fornecedor possui boa situação financeira, com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), mediante demonstração contábil dos 02 (dois) últimos exercícios sociais da empresa, que deverão ser maiores que 01 (um), por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LIQUIDEZ GERAL} \quad \text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$\text{SOLVÊNCIA GERAL} \quad \text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} \quad \text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

3.10.3 – Deverá comprovar possuir **Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante)** de, no mínimo, **16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento)** do valor estimado da proposta da licitante, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente arquivado na forma da lei.

3.10.4 – Deverá comprovar possuir um **patrimônio líquido** igual ou superior a **10% (dez por cento)** do valor total estimado para o objeto (art. 69, §4, Lei 14.133). Tal comprovação será feita por meio da apresentação do balanço patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente arquivado na forma da lei.

3.10.5 – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede a pessoa jurídica há, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura desta contratação direta, abrangendo os processos judiciais físicos e eletrônicos, no que couber.

3.10.5.1 – Caso a licitante apresente-se em recuperação judicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme termos do Acórdão 1201/2020 TCU.

3.10.6 – Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo do Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privadas vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

3.10.6.1 – a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa aos dois últimos exercícios sociais; e

3.10.6.2 – caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

3.11 - Requisitos Sustentabilidade Econômica, Social e Ambiental (no que couber)

3.11.1 - PERSPECTIVA AMBIENTAL

3.11.1.1 - A CONTRATADA deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, a fim de adotar as práticas sustentáveis no fornecimento dos bens e serviços.

3.11.1.2 - Além de observar o art. 6º da IN nº 01/2010, atendendo, no que couber, aos requisitos descritos no referido artigo, sugere-se inserir no termo de referência os seguintes requisitos de sustentabilidade ambiental, de acordo com o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF, além de manuais mais atualizados de outros órgãos, adotados como boas práticas:

- Observar e utilizar aparelhos consumidores de energia necessários à realização dos serviços regulamentados no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), e se os modelos dos bens fornecidos estão classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de

Conservação de Energia (Ence), nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 4 de junho de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

- Fiscalização: O fiscal deverá conferir a destinação adequada dos resíduos, com especial atenção aos frascos de aerossóis em geral. Esses produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

3.11.1.3 - Peças ou acessórios substituídos, embalagens, baterias e demais materiais deverão ser tratados de forma ambientalmente adequada, respeitada a legislação ambiental, em conformidade com a legislação (Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos) e os preceitos de preservação ambiental.

3.11.1.4 - Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

3.11.2 - PERSPECTIVA ECONÔMICA

Em razão dos valores estimados previstos para esta contratação (subitem 6.3), não será utilizado o regramento contido no art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/2006, a respeito da participação exclusiva das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos processos licitatórios destinados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte para contratações de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ao ano. Além disto, a reserva de cota de 25%, da qual trata o art. 48, inciso III, da mesma lei, não é vantajosa para a Administração, uma vez que restringe a eficiência e segurança da gestão contratual, além da perda da economia de escala, conforme o subitem 8.5. Por outro lado, será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, pelo critério de desempate, na forma do art. 44 e 45 da lei 123/2006.

3.11.3 - PERSPECTIVA SOCIAL

3.11.3.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis do MPF. O fornecedor deverá declarar:

- a) Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a CF/1988 em seu artigo 3º, inciso IV e no inciso I do artigo 5º, e nos artigos 38 e 39 da Lei 12.288/2010;
- b) Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;
- c) Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170º da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), e no Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nºs 29 e 105.
- d) Estará contido no termo a obrigação de cumprimento de cota de gênero e raça entre os funcionários alocados, conforme dispõe a IN SG/MPF 2/2019, além das declarações de não contratação de menores de idade e de trabalho degradante.
- e) Em função de recente evento em que a empresa contratada não pagou verbas trabalhistas no contrato vigente, esta CONTRATANTE poderá realizar o pagamento direto das verbas trabalhistas para os empregados, a partir do saldo da empresa, bem como a execução da garantia contratual para pagamento dessas verbas.

3.11.4 – Além das demais obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e no presente Estudo Técnico, deverá a CONTRATADA atender aos seguintes aspectos pertinentes à sustentabilidade:

- a) Fornecer aos empregados todos os equipamentos de segurança e proteção que se fizerem necessários para a execução de serviços, fiscalizando sua utilização;

- b)** Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- c)** Proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e a política de descarte da contratante;
- d)** Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica, observadas as normas vigentes e a política socioambiental do MPF;
- e)** Observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição e descartes de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;
- f)** Privilegiar a utilização de mão de obra, tecnologias, matéria prima e materiais de origem local;
- g)** Adotar, na execução do objeto contratual, práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, incluindo política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação conforme determinação da Administração da PRPE e das PRMs.
- h)** Adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pela PR-PE e pelas PRMs, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica.
- i)** Promover a instrução e aconselhamento sobre prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.
- j)** Não lançar mão, em hipótese alguma e sob quaisquer de suas formas, de critérios preconceituosos ou discriminatórios, por ocasião da admissão ou do desligamento dos seus empregados, observando, em todos os casos, os preceitos de responsabilidade social. De acordo com o previsto na Portaria PGR/MPF nº 1004/2018, deverá ser incluído na minuta do contrato, dispositivo contratual prevendo a obrigação das empresas contratadas de apurar e/ou dar o devido encaminhamento a notícias de assédio sexual e moral ocorridas nas dependências do contratante.

3.12 - DA VISTORIA

3.12.1 - As empresas interessadas em participar PODERÃO vistoriar o local onde será executado o serviço até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e nível de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário junto ao(s) seguinte(s) setor(es):

UNIDADE MINISTERIAL	SETOR/SERVIDOR	TELEFONE/E-MAIL
PRPE Avenida Agamenon Magalhães, 1800, bairro Espinheiro, Recife/PE – CEP 52.021-170	Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais (Flávio Koji Hiramine ou substituto)	(81) 2125-8958 E-mail: flaviokoji@mpf.mp.br

3.12.2 – Eventualmente, apenas os colaboradores terceirizados do contrato de manutenção predial poderão prestar serviços nas Procuradorias das Repúblicas em Pernambuco, nos locais abaixo relacionados:

UNIDADE MINISTERIAL	SETOR/SERVIDOR	TELEFONE/E-MAIL
PRM CARUARU Rua Professor Luis Bezerra de Vasconcelos, s/n, Bairro Universitário – Caruaru / PE – CEP: 55.014-838	Coordenadoria Administrativa (Joel Ferreira de Andrade ou substituto)	(81) 2121-1500 E-mail: joelandrade@mpf.mp.br

Av. gov. Agamenon Magalhães, n.º 1.800, bairro do Espinheiro, em Recife/PE – Fone/fax: (81) 2125.7303

UNIDADE MINISTERIAL	SETOR/SERVIDOR	TELEFONE/E-MAIL
PRM GARANHUNS/ARCOVERDE Av. Idelfonso Lopes, 174 - Heliópolis - Garanhuns / PE - CEP: 55.296-230	Coordenadoria Administrativa (Tamires Neves Soares ou substituto)	(81) 2121-1520 E-mail: tamiresneves@mpf.mp.br
PRM SERRA TALHADA Rua Enock de Carvalho, 160 - AABB - Serra Talhada - PE - CEP: 56.912-250	Coordenadoria Administrativa (Fabiano Antunes de Oliveira ou substituto)	(81) 2121-1586 E-mail: fabianoantunes@mpf.mp.br
PRM POLO PETROLINA/JUAZEIRO Av. Presidente Tancredo Neves, 101, Centro - Petrolina / PE - CEP: 56.304-190	Coordenadoria Administrativa (Francisco de Assis Freitas Sobrinho ou substituto)	(87) 2121-1540 E-mail: franciscofs@mpf.mp.br

3.12.1.1 – O licitante deve se comprometer a manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da visita.

3.12.1.2 – **Independente da opção pela realização ou não da vistoria**, o licitante deverá **apresentar declaração formal**, assinada pelo responsável técnico da empresa, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo de declaração de conhecimento das condições do local constante no Edital de Licitação ou Aviso de Dispensa.

3.12.1.3 – A empresa que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta incorrerá em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

3.13 - Da Incidência do Adicional de Periculosidade

3.13.1 - O posto de **Eletricista de manutenção eletroeletrônica** faz jus ao pagamento do adicional de periculosidade, haja vista que as atividades desempenhadas por estes profissionais se enquadram nas disposições do Anexo 4 da NR-16, conforme menciona o art. 193 da CLT.

3.14 – Outros requisitos aplicáveis

3.14.1 – As CONTRATADAS deverão manter preposto junto à CONTRATANTE, aceito pela respectiva fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-las administrativamente na execução do contrato, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante comunicação formal.

3.14.2 - **NÃO SERÁ admitida a SUBCONTRATAÇÃO do objeto contratual.**

IV – ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

4.1 – A estimativa da quantidade de serviços e postos a ser contratada decorre da análise histórica de prestação dos serviços, do contrato atual, das novas necessidades da Administração, bem como nas convenções coletivas de cada categoria e a Instrução Normativa Nº 05, de 26 de maio de 2017. Assim sendo, para atender às necessidades da Procuradoria da República em Pernambuco serão necessários os seguintes postos de trabalho:

ITEM	GRUPO/LOTE 01 DESCRIÇÃO - POSTO DE SERVIÇOS	TURNO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE POSTOS
Item 1	Auxiliar de manutenção predial	Diurno	40h	02
Item 2	Eletricista de manutenção eletroeletrônica	Diurno	40h	02
Todos os postos serão sediados na Procuradoria da República em Pernambuco, com endereço à Av. Agamenon Magalhães, 1.800 - Espinheiro, Recife/PE - CEP 52021-170.				
ITEM	ITEM SEM GRUPAMENTO DESCRIÇÃO - POSTO DE SERVIÇOS	TURNO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE POSTOS
Item 3	Mecânico de manutenção de ar-condicionado	Diurno	40h	02

O posto será sediado na Procuradoria da República em Pernambuco, com endereço à Av. Agamenon Magalhães, 1.800 - Espinheiro, Recife/PE - CEP 52021-170.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 - Foram pesquisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias que melhor atendam à necessidade descrita neste estudo. Foram analisados Estudos Técnicos Preliminares e Editais com o mesmo objeto, em algumas procuradorias do MPF (PR/PR, PR/AP, PR/GO e PR/MG), com o intuito de verificar tanto as soluções contratuais quanto as metodológicas que poderão embasar a futura contratação.

5.1.1 – ALTERNATIVA 1: contratação de empresa especializada para o serviço continuado de manutenção predial e refrigeração com DEMO, com fornecimento de materiais: é uma prática comum em órgãos públicos, trazendo tanto benefícios significativos quanto desafios a serem gerenciados.

VANTAGENS:

- A Administração é desonerada da necessidade de dispor de amplas áreas de estoque e armazenagem, bem como dos gastos com transporte para as unidades municipais. Além disso, evitam-se custos e a complexidade de contratações adicionais e sua gestão, e minimizam-se as perdas por expiração de validade, promovendo um controle de estoque mais enxuto e eficiente;
- Resulta em uma redução significativa no número de licitações para adquirir materiais, o que, por sua vez, diminui a quantidade de contratos a serem gerenciados e fiscalizados.

DESVANTAGENS:

- A qualidade e a eficiência dos materiais fornecidos pela empresa contratada nem sempre são consistentes, o que afeta negativamente o padrão de manutenção;
- O atraso no fornecimento de materiais compromete diretamente as atividades nos postos de trabalho;
- A fiscalização do contrato torna-se ainda mais complexa, exigindo atenção constante aos quantitativos entregues, à qualidade dos produtos e, crucialmente, ao cumprimento dos prazos de entrega.
- Contrato mais oneroso.

Embora a PRPE tenha experiência prévia com esse modelo de contratação, o histórico aponta para significativas ocorrências negativas. Dentre elas, destacam-se atrasos consistentes na entrega de materiais, a recorrente falta de itens essenciais e uma progressiva deterioração na qualidade dos materiais fornecidos ao longo do período contratual.

5.1.2 – ALTERNATIVA 2: contratação de empresa especializada para o serviço continuado de manutenção predial e refrigeração com DEMO , SEM inclusão de materiais, e com fornecimento de materiais, equipamentos e EPIs:

VANTAGENS:

- Maior interesse das empresas especializadas em participar do Certame;
- Contrato menos oneroso.
- Ao comprar diretamente, a PRPE assegura a aquisição de produtos com qualidade e eficiência superiores, sempre em total conformidade com as normas ambientais e de segurança do trabalho.
- Promoção do aumento da qualidade dos materiais, e garante-se a disponibilidade de um estoque suficiente para responder eficientemente a picos de demanda.
- O órgão pode modificar ou adaptar rapidamente os produtos a serem utilizados conforme suas necessidades específicas, preferências ou a introdução de novas tecnologias e produtos no mercado. Se um novo produto se mostra mais eficiente ou sustentável, a PRPE pode adotá-lo sem depender da aprovação ou da política de compra da empresa contratada, elevando a satisfação e o bem-estar dos usuários.

DESVANTAGENS:

- O órgão precisará dispor de áreas para estoque e armazenagem de todos os materiais e insumos. Isso gera a necessidade de espaço físico, pessoal para gestão de almoxarifado e controle de inventário;
- A Administração será responsável pelos gastos com o transporte dos materiais para as diversas Unidades Ministeriais ou postos de trabalho, adicionando uma camada logística e de custos;
- Aumento no número de licitações e contratos administrativos.

A experiência da PRPE nos últimos dois contratos, que somam quase uma década, demonstra a eficácia desse modelo. Houve uma elevação na qualidade dos materiais hidráulicos, elétricos etc., uma diminuição substancial na ocorrência de falta de materiais, e a incorporação bem-sucedida de diversos produtos solicitados pelos integrantes das Unidades.

5.2 - Descrição e Justificativa da Solução escolhida:

5.2.1 – Descrição: As soluções que atenderão as necessidades da PRPE se baseiam na descrita no subitem **5.1.2**, quais sejam:

- contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de **manutenção predial**, com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO), que compreenderá, além do fornecimento de mão de obra, a alocação dos equipamentos, materiais (ferramentas) e EPIs necessários à execução dos serviços na PRPE e, eventualmente, nas PRMs de Caruaru, Garanhuns, Serra Talhada e Petrolina;
- contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de **manutenção de refrigeração/climatização**, com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO), que compreenderá, além do fornecimento de mão de obra, a alocação dos equipamentos, materiais (ferramentas) e EPIs necessários à execução dos serviços na sede da PRPE.

5.2.2 - Justificativa: Embora a aquisição direta de materiais de manutenção predial e de refrigeração/climatização adicione responsabilidades logísticas ao órgão, as vantagens em termos de controle de qualidade, conformidade ambiental e de segurança, flexibilidade na escolha de produtos e otimização de custos justificam essa solução, especialmente quando a experiência prévia do órgão já demonstrou as falhas do modelo em que a contratada também fornece os insumos.

VI – ESTIMATIVA DO PREÇO

6.1 - Para o cálculo do custo estimado dos serviços foram utilizados os parâmetros fixados pela Auditoria Interna do Ministério Público da União na publicação “Referencial Técnico de Custos” para contratação de serviços terceirizados no âmbito do MPU, divulgado por aquele Órgão de Controle Interno, referentes à composição de custos das planilhas de custos e formação de preços, bem como pela Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, com o vigente salário normativo das categorias fixado nas Convenções Coletivas de Trabalho 2025, anexas a este Estudo.

6.2 - As planilhas de cálculo estão juntadas a este Estudo.

6.3 - Com base nos cálculos, os valores estimados mensais TOTAIS para as contratações dos serviços propostos são:

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	CBO	QTD.	UNIT. (R\$)	MENSAL (R\$)
GRUPO/LOTE 01 DESCRIÇÃO - POSTOS DE SERVIÇOS					
Item 1	Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica	9511-05	2	R\$ 7.084,36	R\$ 14.168,72
Item 2	Auxiliar de Manutenção Predial	5143-10	2	R\$ 5.570,86	R\$ 11.141,72
ITEM SEM GRUPAMENTO DESCRIÇÃO - POSTO DE SERVIÇOS					
Item 3	Mecânico de Manutenção de Ar Condicionado	9112-05	2	R\$ 5.635,16	R\$ 11.270,32
TOTAL				R\$ 18.290,38	R\$ 36.580,76

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 – Soluções como um todo:

- a) contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de **manutenção predial**, com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO), que compreenderá, além do fornecimento de mão de obra, a alocação dos equipamentos, materiais (ferramentas) e EPIs necessários à execução dos serviços na PRPE e, eventualmente, nas PRMs de Caruaru, Garanhuns, Serra Talhada e Petrolina;
- b) contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de **manutenção de refrigeração/climatização**, com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO), que compreenderá, além do fornecimento de mão de obra, a alocação dos equipamentos, materiais (ferramentas) e EPIs necessários à execução dos serviços na sede da PRPE.

7.2 - DAS MANUTENÇÕES (PREDIAL E DE REFRIGERAÇÃO/CLIMATIZAÇÃO)

7.2.1 - Entende-se por manutenção: ações e intervenções permanentes, periódicas, pontuais e emergenciais nos sistemas, subsistemas, equipamentos e componentes prediais que resultem na manutenção, ou recuperação, do estado de uso ou de operação, assim como na ampliação de pequeno vulto, substituição majoritária de componentes ou remanejamento de equipamento com o objetivo de obter-se condição de uso ou de operação diversa daquela existente.

7.2.1.1 – MANUTENÇÃO PREVENTIVA

A manutenção PREVENTIVA das instalações tem por objetivo antecipar-se, por meio de ensaios e de rotinas, ao aparecimento de defeitos causados pelo uso normal e rotineiro dos equipamentos e instalações ou até mesmo pelo seu desuso. **As rotinas de manutenção preventiva se encontram nos:**

APÊNDICE I – DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL E ATRIBUIÇÕES DOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS;

APÊNDICE II – DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE REFRIGERAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO

APÊNDICE XXI – PLANILHA DE ATIVIDADES/PROCEDIMENTOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

O Termo de Referência deverá trazer no item “obrigações da contratada” que a empresa, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, terá de providenciar:

- a) O cronograma anual das manutenções, inclusive das subcontratadas (se houver), contemplando todos os procedimentos mínimos especificados, **o qual poderá ser substituído pelos Relatórios de Manutenção Preventiva que devem ser entregues semanalmente ao Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais.**
- b) Relatório de Vistoria Técnica Inicial;
- c) A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços contratados, considerando:
 - Os responsáveis técnicos deverão ser, obrigatoriamente aqueles que realizarão as visitas técnicas;
 - Caso seja substituído algum responsável técnico, deverá ser providenciada nova ART, sem ônus para o CONTRATANTE;

7.2.1.2 - MANUTENÇÃO CORRETIVA

A manutenção CORRETIVA das instalações está diretamente relacionada com o desgaste dos diversos componentes do prédio, em decorrência de seu funcionamento.

7.2.2 - Os serviços de manutenção incluem: testes, análises, calibragem, verificação das condições operacionais dos equipamentos, lubrificação, limpeza e orientações para operação normal e adequada dos sistemas e equipamentos. Os serviços que exigirem a paralisação das instalações, total ou parcial, deverão ser executados em horário que não dificulte o desempenho

das atividades do CONTRATANTE, inclusive se necessário, aos finais de semana, feriados, ou fora do horário normal de expediente, sem ônus para o CONTRATANTE.

7.2.3 - Os serviços de manutenção preventiva e corretiva devem ser executados dentro das notas técnicas da ABNT, das especificações técnicas dos fabricantes, dos materiais e em obediência às normas regulamentadoras do ministério do trabalho e emprego.

7.2.4 - A mão de obra disponível para execução dos serviços deve ser composta de profissionais qualificados, tendo o CONTRATANTE o direito de rejeitar o emprego de qualquer profissional que não esteja de acordo com a execução deles.

7.2.5 - A empresa deverá **apresentar declaração**, quando da assinatura do contrato, de que possui ou instalará base operacional no Município de Recife ou na Região Metropolitana do Recife, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da vigência do contrato, sendo tal medida imprescindível à adequada execução do objeto licitado (Acórdão 1176/2021 – Plenário e Acórdão 6463/2011 - TCU - 1ª Câmara).

7.2.6 – Para os serviços de manutenção de refrigeração/climatização

7.2.6.1 – Os serviços de manutenção de refrigeração/climatização deverão ser prestados na sede da PRPE, cujo sistema de refrigeração encontra-se distribuído no **ANEXO XVI** deste Estudo e que também seguirá anexo ao Termo de Referência.

7.2.6.2 - A contratação dos serviços de **manutenção de refrigeração** não contemplará o fornecimento de fluidos e peças de reposição, cabendo o encargo de tal fornecimento à CONTRATANTE.

7.2.6.3 - A empresa CONTRATADA deve possuir todas as licenças e alvarás necessários para operar legalmente e estar em conformidade com todas as normas e regulamentações técnicas, de segurança e ambientais aplicáveis à manutenção de sistemas de refrigeração.

7.2.6.4 - DO PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE (PMOC)

7.2.6.4.1 - A empresa CONTRATADA deverá indicar e manter um responsável técnico registrado no Conselho profissional competente, profissional este que deve estar devidamente habilitado para elaborar e implementar o **PMOC – Plano de Manutenção, Operação e Controle**, que deverá ser entregue à fiscalização do contrato.

7.2.6.4.2 - A empresa CONTRATADA deverá, **em até 30 (trinta) dias corridos**, após o início do contrato, entregar à fiscalização o **Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC)** dos equipamentos objeto deste contrato.

7.2.6.5 – DA RETIRADA (DESINSTALAÇÃO) E/OU INSTALAÇÃO DE SPLITS

7.2.6.5.1 - O serviço necessário para retirada (desinstalação) e/ou realocação de splits em funcionamento e a instalação de novos aparelhos é de responsabilidade da CONTRATADA, **sem ônus para a CONTRATANTE**. Todo material necessário para os serviços previstos neste item será fornecido pela CONTRATANTE. O prazo para execução dos serviços aqui previstos é de, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, a contar da ordem de serviço.

7.2.6.6 – DA OBSERVÂNCIA DAS NORMAS E REGULAMENTOS

7.2.6.6.1 - A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente:

- Aos manuais dos fabricantes;
- Às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), em especial: a NBR 5.410 – Instalações elétricas de baixa tensão e a NBR 16401-1 – Instalações de ar-condicionado;
- Às disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes;
- Às publicações da ASHRAE (American Society of Heating, Refrigerating and Air Conditioning Engineers), HVAC Systems Duct Design – SMACNA (Sheet Metal and Air Conditioning Contractor's National Association);
- Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- À Resolução N.º 425/98, do CONFEA.

7.3 – Os serviços a serem contratados serão prestados, geralmente, de segunda a sexta-feira, em horário a ser definido pelo Contratante, sempre compreendido no período entre as 07:00 e as 19:00, conforme art. 4º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, podendo, se necessário, ocorrer aos sábados.

7.3.1 - As empresas CONTRATADAS refarão, às suas custas, o serviço reprovado pela fiscalização, quer seja por imperícia, imprudência e/ou incompetência dos seus empregados, arcando com os custos necessários.

7.3.2 - No prazo decorrido entre a assinatura do contrato e o início da execução dos serviços, as empresas CONTRATADAS deverão providenciar o necessário para contratação dos seus funcionários, incluindo registro em CTPS, exames admissionais e outros indispensáveis à contratação, conforme legislação vigente, bem como proceder à capacitação dos funcionários.

7.3.3 – As empresas CONTRATADAS deverão manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.4 - Local de execução dos serviços:

UNIDADE MINISTERIAL	UNIDADE MINISTERIAL
PRPE	Avenida Agamenon Magalhães, 1800, bairro Espinheiro, Recife/PE – CEP 52.021-170

Eventualmente, **apenas os serviços constantes no contrato de Manutenção predial** poderão ser prestados nos seguintes locais:

PRM CARUARU	Rua Professor Luis Bezerra de Vasconcelos, s/n, Bairro Universitário – Caruaru / PE – CEP: 55.014-838
PRM GARANHUNS/ARCOVERDE	Av. Idelfonso Lopes, 174 - Heliópolis - Garanhuns / PE - CEP: 55.296-230
PRM SERRA TALHADA	Rua Enock de Carvalho, 160 - AAB - Serra Talhada - PE - CEP: 56.912-250
PRM POLO PETROLINA/JUAZEIRO	Av. Presidente Tancredo Neves, 101, Centro - Petrolina / PE - CEP: 56.304-190

7.5 – ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL E DE MANUTENÇÃO DE REFRIGERAÇÃO/CLIMATIZAÇÃO

7.5.1 – DO DETALHAMENTOS DOS SERVIÇOS (ROTINA) E ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS

Estão anexados a este Estudo e constarão no **TERMO DE REFERÊNCIA:**

APÊNDICE I – DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL E ATRIBUIÇÕES DOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS;

APÊNDICE II – DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE REFRIGERAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO

APÊNDICE XXI – PLANILHA DE ATIVIDADES/PROCEDIMENTOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

7.5.2 – DOS UNIFORMES e EPIs

7.5.2.1 - Além das despesas fixas com os postos indicados no **item 4.1**, as empresas contratadas também deverão fornecer Uniformes e EPIs, cuja natureza do custo é fixa ao longo da execução contratual, assim classificados:

- **Uniformes:** conjunto de vestimentas em padrão condizente com as atividades a serem realizadas, a fim de identificar adequadamente os prestadores de serviço;
- **Equipamentos de proteção individual - EPI's:** equipamentos que visam mitigar ou eliminar os riscos inerentes às atividades a serem realizadas, em consonância com os regulamentos vigentes.

7.5.2.2 - A relação dos uniformes e EPIs, bem como as quantidades seguem anexadas a este Estudo e constarão no **TERMO DE REFERÊNCIA:**

APÊNDICE III - Uniformes e EPIs dos cargos de Manutenção Predial

APÊNDICE IV - Uniformes e EPIs do cargo de Mecânico de Manutenção de Ar-Condicionado.

7.5.2.3 - As empresas CONTRATADAS deverão fornecer aos empregados os uniformes **nos quantitativos indicados na tabela abaixo**, no início da execução do contrato, devendo ser **substituídos por novos uniformes, a cada 01 (um) ano, respeitando-se os mesmos quantitativos**, ou a qualquer época, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após comunicação escrita do CONTRATANTE, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL		
Item		Especificações
UNIFORMES (quantidade anual por posto)		
Bota tipo Galocha	1	Bota em PVC, tipo galocha, cano médio, cor preta
Bota de segurança, tipo couro Nobuck	1	Par de botas de segurança para eletricitista Tipo couro Nobuck, fechamento em velcro, cor preta ou marrom. Possuir CA e atender norma ABNT NBR 16603:2017 (marca de referência: Bracol, Marluvas superior ou similar)
Camisa ou Jaleco em brim	2	Jaleco profissional em brim, com, no mínimo, dois bolsos, mangas curtas, abotoado na frente, com logotipo da empresa gravado no bolso superior, cor azul ou cinza, com faixas refletivas.
Calça em brim	2	Calças em brim, com bolsos dianteiros e traseiros, na cor azul ou cinza, com faixas refletivas.
Camisa de malha	2	Camisas de malha manga curta, tecido algodão, na cor branca
Par de meias	4	Par de meias Tecido algodão, cor preta, de boa qualidade.
EPIs (entrega única)		
Óculos de proteção incolor	2	Óculos de segurança com proteção lateral.
Abafador de som	2	Abafador de som e ruído tipo concha.
Óculos para soldador	2	Óculos específico para ser usado durante solda.
Respirador semifacial com 1 filtro	2	Ideal para construção, galvanoplastia e pintura. Cinto elástico ajustável para um ajuste perfeito.
Cinto de segurança	2	Cinto de segurança tipo paraquedista com regulagem total. Possuir CA
Trava quedas	2	Trava quedas para corda 12mm, NR

		18, com certificações ABNT e possuir CA
Talabarte	2	Talabarte em Y com absorvedor de energia duplo com elástico. Possuir CA
Capacete	2	Capacete de segurança com carneira, branco, possuir CA

ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO ELETROELETRÔNICA		
Item		Especificações
UNIFORMES (quantidade anual por posto)		
Bota de segurança	1	Par de botas de segurança para eletricitista Tipo couro Nobuk, fechamento em velcro, cor preta ou marrom. Possuir CA e atender norma ABNT NBR 16603:2017 (marca de referência: Bracol, Marluvas superior ou similar)
Calça antichama	2	Calças antichama Atender à norma NR-10, risco 2, ter CA. Proteger contra os efeitos de variação térmica proveniente de arco elétrico e fogo repentino. 100% algodão. Calça com fechamento com botões anti-achama, bolsos frontais, com faixa refletiva padrão 3M. Cor:azul. Marca de referência: Guardian DX
Camisa antichama	2	Camisas antichama Atender à norma NR-10, risco 2, ter CA. Proteger contra os efeitos de variação térmica proveniente de arco elétrico e fogo repentino. 100% algodão. Calça com fechamento com botões antichama, conter bolsos e colarinho com pé de gola, manga longa e faixa refletiva padrão 3M. Cor: azul. Marca de referência: Guardian DX
Camisa de malha	2	Camisas de malha manga curta, tecido algodão, na cor branca
Par de meias	4	Par de meias Tecido algodão, cor preta, de boa qualidade.
EPIs (entrega única)		
Óculos de proteção incolor	2	Óculos de segurança com proteção lateral.
Abafador de som	2	Abafador de som e ruído tipo concha.
Respirador semifacial com 1 filtro	2	Ideal para construção, galvanoplastia e pintura. Cinto elástico ajustável para um ajuste perfeito.
Cinto de segurança	2	Cinto de segurança tipo paraquedista com regulagem total. Possuir CA
Trava quedas	2	Trava quedas para corda 12mm, NR 18, com certificações ABNT e possuir

		CA
Talabarte	2	Talabarte em Y com absorvedor de energia duplo com elástico. Possuir CA
Capacete	2	Capacete de segurança com carneira, branco, possuir CA
Luva vaqueta	1	Luva Vaqueta/raspa Para Alta Tensão para Eletricista, punho 20 cm. Indicada para sobrepor luva de Alta Tensão. Possuir CA.
EPIs (Entrega a cada 2 anos)		
Luva isolante	1	Par de Luva isolante de borracha de alta e baixa tensão 500 V, classe 00, Tipo II, tamanho 10. Em conformidade com a NBR 10622. Possuir CA.

MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO		
Item		Especificações
UNIFORMES (quantidade anual por posto)		
Bota de segurança	1	Par de botas de segurança para eletricista Tipo couro Nobuk, fechamento em velcro, cor preta ou marrom. Possuir CA e atender norma ABNT NBR 16603:2017 (marca de referência: Bracol, Marluvas superior ou similar)
Calça antichama	2	Calças antichama Atender à norma NR-10, risco 2, ter CA. Proteger contra os efeitos de variação térmica proveniente de arco elétrico e fogo repentino. 100% algodão. Calça com fechamento com botões anti-achama, bolsos frontais, com faixa refletiva padrão 3M. Cor:azul. Marca de referência: Guardian DX
Camisa antichama	2	Camisas antichama Atender à norma NR-10, risco 2, ter CA. Proteger contra os efeitos de variação térmica proveniente de arco elétrico e fogo repentino. 100% algodão. Calça com fechamento com botões antichama, conter bolsos e colarinho com pé de gola, manga longa e faixa refletiva padrão 3M. Cor: azul. Marca de referência: Guardian DX
Camisa de malha	2	Camisas de malha manga curta, tecido algodão, na cor branca
Par de meias	4	Par de meias Tecido algodão, cor preta, de boa qualidade.
EPIs (entrega única)		
Óculos de proteção incolor	2	Óculos de segurança com proteção lateral.
Abafador de som	2	Abafador de som e ruído tipo concha.
Respirador semifacial com 1 filtro	2	Ideal para construção, galvanoplastia e pintura. Cinto elástico ajustável para um ajuste perfeito.
Cinto de segurança	2	Cinto de segurança tipo paraquedista com regulagem total. Possuir CA
Trava quedas	2	Trava quedas para corda 12mm, NR

		18, com certificações ABNT e possuir CA
Talabarte	2	Talabarte em Y com absorvedor de energia duplo com elástico. Possuir CA
Capacete	2	Capacete de segurança com carneira, branco, possuir CA

7.5.2.3.1 - O uso do uniforme é obrigatório e os empregados devem apresentar-se sempre dentro dos padrões de higiene e apresentação exigido pelo CONTRATANTE.

7.5.2.3.2 - As empresas CONTRATADAS deverão providenciar para que os profissionais indicados se apresentem às unidades de 1.^a Instância do MPF em Pernambuco trajando uniformes, novos e de primeiro uso, fornecidos às expensas da própria empresa.

7.5.2.3.3 - As empresas CONTRATADAS deverão submeter o modelo e cor do uniforme, previamente, à aprovação do CONTRATANTE.

7.5.2.3.3.1 - Todos os modelos de uniforme deverão ter corte adequado a cada profissional, masculino ou feminino, seguindo os padrões de qualidade e apresentação exigidos pelo CONTRATANTE, obrigando-se as empresas CONTRATADAS a providenciarem as devidas adaptações ou ajustes, quando necessários, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

7.5.2.3.3.2 - Quanto às empregadas gestantes, estas deverão ter seus uniformes substituídos sempre que estiverem apertados

7.5.2.3.4 - Os uniformes deverão ser entregues a todos os empregados mediante recibo individualizado (relação nominal dos empregados), contendo a especificação de cada peça recebida, respectivos quantitativos e, impreterivelmente, assinada e datada por cada empregado na efetiva data de entrega de todas as peças que formam o conjunto de uniforme.

7.5.2.3.4.1 - Após a entrega do uniforme, deverão ser enviadas ao CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para fiscalização e controle do fiscal do contrato, cópia da relação nominal comprovando a entrega e o recebimento do uniforme, juntamente com o original para conferência.

7.5.2.3.5 - Quando houver substituição de funcionário, por qualquer motivo, seu substituto deverá trabalhar uniformizado.

7.5.2.3.6 - A distribuição dos uniformes será feita conjuntamente em dia único para todos os empregados, não podendo as empresas CONTRATADAS, em hipótese alguma, **substituir, por pecúnia**, a entrega aos seus empregados de qualquer das peças que compõe o conjunto de uniforme.

7.5.2.3.7 - O custo do uniforme será de total responsabilidade das empresas CONTRATADAS, não podendo ser descontado do salário do empregado.

7.5.2.3.8 - As empresas CONTRATADAS deverão apresentar, no mínimo, 3 (três) opções de uniforme, com *layout* e cores diferentes, para escolha da CONTRATANTE.

7.5.2.3.8.1 - Caso haja padronização de uniforme pelas empresas CONTRATADAS e que divirja das exigências contidas no Termo de Referência apenas em *layout*, porém mantida a qualidade, poderá ser apresentado à CONTRATANTE para análise e aprovação.

7.5.2.3.9 - As empresas CONTRATADAS ficarão responsáveis por fornecer quaisquer equipamentos de proteção individuais necessários aos seus empregados alocados, bem como por supervisionar o seu uso, independentemente de detalhamento no **Termo de Referência**.

7.5.2.3.10 - No dia previsto para o início da prestação dos serviços, os empregados deverão se apresentar devidamente identificados por crachá, uniformizados e já de

posse das quantidades a serem fornecidas anualmente.

7.5.3 – DOS FORNECIMENTO DE CRACHÁS

7.5.3.1 – As empresas CONTRATADAS deverão manter seu pessoal identificando por meio de crachá, com fotografia recente e orientar seus empregados sobre o seu USO OBRIGATÓRIO enquanto permanecer nas dependências das Unidades Ministeriais.

7.5.4 – DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA O CARGO

7.5.4.1 - Do **Auxiliar de Manutenção Predial (CBO 5143-10)** - profissional com experiência de pelo menos 01 (um) ano na função, com formação mínima de nível fundamental completo.

7.5.4.2 - Do **Eletricista de manutenção eletroeletrônica (CBO 9511-05)** - Profissional com experiência de pelo menos 01 (um) ano na função, com formação mínima de ensino médio e curso de eletricidade predial e comandos elétricos, além de possuir curso NR10 SEP (Sistema Elétrico de Potência).

7.5.4.2.1 - A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela reciclagem bienal do curso NR10 SEP (Sistema Elétrico de Potência), sem ônus para a CONTRATANTE nem para os funcionários.

7.5.4.3 - Do **Mecânico de Manutenção de Ar-condicionado (CBO 9112-05)** - Profissional com formação mínima de ensino fundamental e curso de qualificação profissional em refrigeração, oferecido em centros de treinamento, podendo ser na própria empresa do ramo de assistência técnica, instalação e realização de manutenção e modernização em aparelhos de climatização/refrigeração ou em instituições de formação profissional, com experiência de pelo menos 01 (um) ano na função.

7.5.5 – DO FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS OBRIGATÓRIOS

Além das despesas fixas com os postos indicados no **item 4.1**, as empresas CONTRATADAS também deverão fornecer equipamentos e materiais (ferramentas), cuja natureza do custo é fixa ao longo da execução contratual, assim classificados:

- **Equipamentos:** são objetos usados para desempenhar uma função ou tarefa, variando de aparelhos eletrônicos a instrumentos mecânicos.

- **Ferramentas:** conjunto de equipamentos de maior vida útil, a serem utilizados para a adequada e segura execução de serviços e que não se incorporam aos equipamentos, ou que sofram significativa degradação com o uso. Estes objetos foram concebidos para facilitar a realização de uma tarefa mecânica que requer o uso de alguma força.

7.5.5.1 – A relação dos equipamentos e materiais obrigatórios, bem como suas quantidades está anexada a este Estudo e constarão no **TERMO DE REFERÊNCIA: APÊNDICE V – Equipamentos e Materiais dos cargos de Manutenção Predial APÊNDICE VI – Equipamentos e Materiais do cargo de Mecânico de Manutenção de Ar- Condicionado.**

7.5.5.2 - As empresas CONTRATADAS deverão fornecer, **até 01 (um) dia útil antes do início da prestação dos serviços em apreço**, os equipamentos e materiais obrigatórios constantes no documento referido no subitem 7.5.5.1.

7.5.5.3 - Todos os equipamentos a serem alocados nas dependências das unidades de 1.ª Instância do MPF em Pernambuco, que exijam energia elétrica para funcionamento, deverão ser compatíveis com as instalações elétricas disponíveis nas dependências da **CONTRATANTE** e de baixo consumo de energia elétrica.

7.5.5.4 - Os equipamentos deverão ser disponibilizados com todos os acessórios necessários, **bem assim a devida manutenção corretiva deles**, quando apresentarem problemas técnicos, que será de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

7.5.5.4.1 – A manutenção corretiva citada no item 7.5.5.4 deverá ocorrer no máximo em até 10 (dez) dias úteis. Findo o prazo e não havendo o conserto do equipamento, a empresa deverá fornecer um outro equipamento de mesma especificação que a exigida no Contrato e em bom estado de conservação e em perfeito funcionamento.

7.5.5.4.2 – O fiscal técnico da Unidade é quem deverá solicitar oficialmente por e-mail às empresas CONTRATADAS a correção do equipamento e/ou a sua substituição.

7.5.5.5 – Todos os equipamentos fornecidos pelas empresas CONTRATADAS deverão ser identificados com o nome da empresa.

7.5.6 – DOS SALÁRIOS

SALÁRIO A SER PAGO A CATEGORIA PROFISSIONAL		
CONTRATO	CATEGORIA PROFISSIONAL	PISO SALARIAL (R\$)
Manutenção Predial	Auxiliar de Manutenção Predial (CBO 5143-10)	R\$ 2.310,00 (dois mil, trezentos e dez reais)
	Eletricista de manutenção eletroeletrônica (CBO 9511-05)	R\$ 2.310,00 (dois mil, trezentos e dez reais)
Manutenção de Refrigeração/Climatização	Mecânico de Manutenção de Ar Condicionado (CBO 9112-05)	R\$ 2.319,02 (dois mil, trezentos e dezenove reais e dois centavos)

7.5.6.1 - Os salários acima descritos se baseiam naqueles estabelecidos por Sindicatos das categorias dos empregados e dos empregadores, e em suas respectivas Convenções Coletivas, que são:

7.5.6.1.1 -Auxiliar de Manutenção Predial (CBO 5143-10)

Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 (**ANEXO II**), Número de Registro no MTE PE000600/2025, dos SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL DEESTRADAS PAVIMENTACAO OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL INCLUSIVE, CNPJ n.08.142.317/0001-74, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). REGINALDO JOSE RIBEIRO; E SINDICATO DA IND DA CONSTRUCAO CIVIL NO ESTADO DE PE, CNPJ n. 11.010.725/0001-87, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO CLAUDIO SA BARRETO COUTO; vigente.

7.5.6.1.2 - Eletricista de manutenção eletroeletrônica (CBO 9511-05)

Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 (**ANEXO II**), Número de Registro no MTE PE000600/2025, dos SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL DEESTRADAS PAVIMENTACAO OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL INCLUSIVE, CNPJ n.08.142.317/0001-74, representado por seu presidente, Sr. REGINALDO JOSE RIBEIRO; E SINDICATO DA IND DA CONSTRUCAO CIVIL NO ESTADO DE PE, CNPJ n. 11.010.725/0001-87, representado por seu presidente, Sr. ANTONIO CLAUDIO SA BARRETO COUTO; vigente.

7.5.6.1.3 - Mecânico de Manutenção de Ar-condicionado (CBO 9112-05)

Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 (**ANEXO III**), Número de Registro no MTE PE001565/2025, dos SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICA, MECANICA E DE MATERIAL ELETRICO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, CNPJ n. 11.010.501/0001-75, representado por seu presidente, Sr. ABINADABE SANTOS DE LIMA; E SINDICATO DAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS E DE MATERIAL ELETRICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, CNPJ n. 08.032.856/0001-50, representado por seu presidente, Sr(a). ALEXANDRE JOSE VALENCA MARQUES.

7.5.6.2 - Deverão ser acrescidos aos salários dos empregados, quando devido, adicionais de insalubridade ou periculosidade.

7.5.7 – DA CARGA HORÁRIA

7.5.7.1 - A **carga horária semanal** de trabalho dos empregados, vedada sua duplicação, será de **40 (quarenta) horas**, conforme previsto no Art. 1º da IN 39, de 05/11/2025.

7.5.7.2 - Os turnos de trabalho estarão compreendidos no intervalo das 7h00 às 20h00, de segunda-feira a sexta-feira, formalizados de acordo com a conveniência administrativa de cada setor, e poderão ser alterados a qualquer tempo pelo **CONTRATANTE**, desde que não exceda a carga horária semanal de trabalho estabelecida no Termo de Referência e na IN citada. Devido à possibilidade de alteração de intervalo de trabalho, é indispensável que os empregados possuam flexibilidade de horário; e

7.5.7.3 - Poderá ser exigida a realização dos serviços em tela também aos sábados, no período das 08h00 às 17h00, respeitando o limite de 40h semanais e as normas da legislação trabalhista e convenção coletiva da categoria.

7.5.7.4 - As regras relativas à jornada de trabalho poderão ser adequadas, conforme necessidade da CONTRATANTE, desde que obedecidos aos limites estabelecidos pela legislação específica e Convenção Coletiva.

7.5.7.4.1 - Caberá também à CONTRATANTE definir sobre a prestação de serviço **durante período de recesso judiciário**, ou outras datas em que não haja expediente na unidade respectiva, conforme demanda ou necessidade, caso a caso.

7.5.7.5 - As empresas CONTRATADAS deverão manter sistema de **ponto eletrônico ou ponto por meio de aplicativo**, para controle de acesso dos funcionários terceirizados.

7.5.8 – DAS VIAGENS A SERVIÇO E O PAGAMENTO DE DIÁRIAS (apenas para os ITENS 1 e 2 do LOTE 1 - Eletricista de manutenção eletroeletrônica + Auxiliares de manutenção predial)

7.5.8.1 - Conforme descrito no **ITEM 3.11.2**, a prestação dos serviços objeto do **contrato de MANUTENÇÃO PREDIAL** poderá, eventualmente, ser realizada nas demais unidades da CONTRATANTE localizadas nos municípios de Caruaru, Garanhuns, Serra Talhada e Petrolina.

7.5.8.2 - As eventuais viagens a serviço dos funcionários terceirizados alocados nos postos objeto da contratação de **MANUTENÇÃO PREDIAL** obedecerão aos seguintes critérios:

- a) O transporte dos funcionários convocados para a viagem será providenciado e custeado pela CONTRATANTE;
- b) A CONTRATANTE ressarcirá à empresa CONTRATADA os valores correspondentes à concessão de diárias a seus funcionários previstos neste Estudo, para cobrir despesas de hospedagem e alimentação dos funcionários, quando as viagens a serviço forem efetivamente utilizadas e devidamente comprovadas;
- c) As diárias, **no valor de R\$ 231,00 (duzentos e trinta e um reais)**, serão pagas de forma integral quando houver pernoite do funcionário e reduzidas à metade quando não houver pernoite;
- d) Os valores de diária foram determinados a partir de pesquisa de mercado, adotando-se como parâmetro a hospedagem em quarto individual com banheiro e serviço de café da manhã, acrescido do valor de 800g de refeição por kg ou “sem balança”, mais um suco natural de fruta ou refrigerante lata ou de 1 litro (**ANEXO XVII**);
- e) A proposta da empresa CONTRATADA, no tocante ao valor das diárias, não poderá alterar o valor desta rubrica para composição de seu preço, posto que, durante a execução do contrato, este ressarcimento, se ocorrer, será nos exatos valores previstos;
- f) O valor da diária ora discutido **poderá ser reajustado**, visando a sua adequação aos novos preços de mercado, observado o interregno mínimo de um ano a contar da celebração do contrato ou do último reajuste, nos termos do art. 2º da Lei 10.192/2001, limitado ao Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), acumulado nos últimos 12 (doze) meses, apurados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.
- g) Para as viagens programadas com antecedência pela CONTRATANTE, a empresa CONTRATADA deverá comprovar o pagamento antecipado das diárias em favor dos funcionários escalados.
- h) O pagamento das diárias deverá ser feito em **até 48 (quarenta e oito) horas** úteis de antecedência da data da viagem;

- h.1) **No caso de viagens emergenciais**, a CONTRATADA deverá realizar o pagamento das diárias dos funcionários escalados em até 24 (vinte e quatro) horas úteis, considerando para este fim quando houver expediente bancário.
- i) A estimativa de quantitativos de viagens a serviço baseou-se no histórico de necessidade de acionamento dos serviços em questão, na forma detalhada no subitem 7.5.8.3.1.

7.5.8.3 – Da estimativa anual dos custos variáveis, referentes a ressarcimento com viagens a serviço

7.5.8.3.1 - Anualmente, estima-se que, para cada unidade do interior (Caruaru, Garanhuns, Serra Talhada e Petrolina), haverá um total de 1 (uma) viagem de 2 (dois) funcionários, com duração média de 3 (dias) dias cada viagem.

Em outras palavras, estima-se que, a cada ano, sejam realizadas 4 viagens (4 cidades x 1 viagem), envolvendo 2 funcionários em cada viagem, cujo ressarcimento estimado é de 2,5 diárias (dois pernites + ½ diária) por funcionário, por viagem. O quadro abaixo traz o detalhamento desta estimativa de custo variável:

Unidade Destino	A	B	C	D	E
	Quantidade de viagens estimada	Quantidade de funcionários estimada	Quantidade de diárias estimada por viagem por funcionário	Valor unitário da diária	Despesa Total $E = (A \times B \times C \times D)$
Caruaru	1	2	2,5	R\$ 231,00	R\$ 1.155,00
Garanhuns	1	2	2,5	R\$ 231,00	R\$ 1.155,00
Serra Talhada	1	2	2,5	R\$ 231,00	R\$ 1.155,00
Petrolina	1	2	2,5	R\$ 231,00	R\$ 1.155,00
Total anual estimado					R\$ 4.620,00

7.5.8.4 – Do faturamento das diárias

Para emissão da fatura, a empresa deverá considerar o valor da diária atualizado, constante no contrato, inicialmente previsto na letra "c" do subitem **7.5.8.2**, **acrescido de BDI (calculado conforme Quadro a seguir)**.

Cálculo do BDI para Diária de Viagens

Tributos Federais e Municipais	Peso
INSS	11,00%
Taxa Administração	4,73%
I.R.	4,80%
CSLL	1,00%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	3,00%
ISS	5,00%
Total de Tributos (T)	30,18%
Fórmula do BDI	$\frac{1}{1 - T}$
Valor do BDI	43,23%

Valor da diária (que deverá ser pago ao colaborador escalado)	Valor do BDI de 43,23% sobre o valor da diária	Valor a ser faturado
R\$ 231,00	R\$ 99,86	R\$ 330,86

7.5.9 – DOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

7.5.9.1 - De acordo com a necessidade, serão autorizados serviços extraordinários mediante comunicação prévia do CONTRATANTE.

7.5.9.2 - Os serviços extraordinários deverão ser faturados em separado com base nas horas efetivamente trabalhadas, apuradas mediante assinatura de ponto. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da folha de pagamento, do comprovante de recolhimento de INSS e FGTS, bem assim a comprovação referente ao fornecimento de alimentação e transporte ao profissional.

7.5.9.3 - Caso os serviços extraordinários sejam realizados aos sábados e domingos, os valores referentes à alimentação e transporte ficarão sob o encargo da CONTRATADA.

7.5.10 – DOS EXAMES E DOCUMENTOS DE ADMISSÃO

7.5.10.1 - O exame admissional é pago pelas empresas CONTRATADAS, conforme determina o artigo 168 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A empresa é responsável por arcar com todos os custos relacionados à realização do exame, incluindo a marcação da consulta e a solicitação de exames complementares.

7.5.10.2 - O exame admissional deve ser agendado pela empresa que deverá avisar com antecedência ao trabalhador.

7.5.11 – DO FOMENTO À ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

7.5.11.1 - De acordo com a Instrução Normativa SG/PGR n.º 2/2019, em seu Capítulo VII, as contratações de prestação de serviço com mão de obra residente deverão promover a equidade de gênero e raça. Atendendo à supracitada norma, deverão ser cumpridas as seguintes metas:

"Art. 17 Os contratos de prestação de serviços tratados nesta Instrução Normativa incluirão cláusula de ação afirmativa de gênero e raça, devendo:

I. estabelecer meta de preenchimento de 50% das vagas em postos de trabalho alocados na unidade para mulheres;

II. estabelecer meta de preenchimento de vagas em postos de trabalho alocados na unidade de, no mínimo, 20% de pessoas negras, devendo 50% delas ser mulheres;

7.5.11.2 - As contratações também deverão atender ao disposto na Portaria PGR/MPU nº 209/2023:

"(...)

X – Fomento à acessibilidade e à inclusão, estabelecendo, entre outras medidas, a reserva de percentual mínimo de vagas para minorias sociais nos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.”

7.5.11.3 - Além do disposto acima, as contratações deverão atender aos seguintes percentuais:

Raça: manter o percentual mínimo de 20% de pessoas negras, de acordo com o que dispõem os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010;

Pessoas com deficiência: cumprimento ao quantitativo mínimo previsto na Lei nº 8.213/1991, sendo que, destes, 80% (oitenta por cento) sejam portadores de Síndrome de Down; bem como declarar que dispõe, em seus quadros, beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de necessidades especiais habilitadas, no percentual estabelecido pelo art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, considerando os princípios e definições contidas no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999; e que mantém, durante toda a vigência do contrato, o cumprimento do quantitativo mínimo previsto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, bem como dos percentuais mínimos previstos, para cada categoria funcional, para cada deficiência.

7.5.11.4 - No entanto, conforme do Guia de Contratação Sustentáveis do MPF, publicado em 2016, a implementação das cotas sociais não deverá implicar na demissão de profissionais remanejados de contratações anteriores. A adoção das cotas deverá ocorrer de forma gradual, à medida que houver demissão voluntária ou por justa causa ou, ainda, aposentadoria.

7.5.11.5 – Vale ressaltar que, na contratação objeto este Estudo, não há obrigatoriedade de atendimento à Resolução CNMP nº 264/2023, conforme § 1º do art. 2º da referida Resolução:

"(...)

Art. 2º Os contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra dos ramos e das unidades do Ministério Público reservarão, no mínimo, 5% (cinco) por cento das vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, atendida a qualificação profissional necessária.

§ 1º O disposto no caput deste artigo é aplicável a contratos com quantitativo mínimo de 25 (vinte e cinco) trabalhadores. Grifo nosso.

§ 2º São incluídas no percentual previsto no caput deste artigo as mulheres trans, travestis e outras identidades femininas, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 11.340/2006.

(...)

§ 4º As vagas de que trata o caput deste artigo serão destinadas prioritariamente a candidatas:

I - que possuam filhos ou dependentes em idade escolar ou com deficiência;

II - pretas e pardas, observada a proporção de pessoas pretas e pardas na unidade da federação onde ocorrer a prestação do serviço, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 5º O percentual de reserva de vagas de que trata o caput deste artigo deverá ser mantido durante toda a execução contratual.

§ 6º Na hipótese de não preenchimento da cota prevista, as vagas remanescentes serão revertidas para as demais mulheres trabalhadoras, observadas as prioridades previstas no § 4º deste artigo.

7.5.12 – DO ENVIO DE DOCUMENTOS AOS FISCAIS DO CONTRATO (Técnico, Setoriais e Administrativo):

7.5.12.1 – Antes do início da execução dos serviços:

a) ficha dos empregados devidamente digitalizada, conforme modelo apresentado pelo órgão, contendo dados de identificação pessoal, endereço do empregado, CPF, RG, data de admissão, data do registro, cargo ou função exercida, endereço residencial, horário de trabalho, local da prestação dos

serviços, dentre outras informações;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos devidamente assinada pela CONTRATADA;

c) exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;

d) caso previsto na convenção coletiva de trabalho e na planilha de custos e formação de preços, cópia da apólice do seguro de vida em grupo (ou individual) dos funcionários que executarão os serviços; e

e) Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados nos **itens "a" a "d"** deverão ser apresentados.

g) Uniformes, Crachás e EPIs de todos os postos de trabalho, conforme relação e quantitativos previstos nos **APÊNDICES III ou IV**, anexo a este Estudo e ao Termo de Referência.

h) Documento comprobatório do recebimento pelo trabalhador do seu cartão de vale alimentação, bem como o comprovante de depósito nos valores OBRIGATÓRIOS previstos na Convenção Coletiva de Trabalho e do seu cartão de vale transporte e os respectivos comprovantes de depósitos dos valores acordados entre o trabalhador e a empresa.

h.1) EXCEPCIONALMENTE no primeiro mês ou até a chegada do cartão, a empresa CONTRATADA fará o depósito em conta do trabalhador referente ao valor do referido benefício, de modo a não prejudicar o trabalhador e o início normal das atividades. Os comprovantes desses depósitos devem ser enviados ao fiscal administrativo do Contrato em cada Unidade e para o fiscal administrativo.

7.5.12.2 - Mensalmente, junto com a Nota Fiscal:

a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado;

c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.5.12.3 - Até o dia 30 do mês seguinte ao da prestação dos serviços (também junto com a nota fiscal):

a) cópia da folha de pagamento analítica referente ao mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte CONTRATANTE;

b) cópia dos contracheques dos empregados relativos ao mês da prestação dos serviços e cópia de recibos dos depósitos bancários;

c) comprovantes de entrega, em parcela única, dos benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços;

d) cópia da folha de ponto mensal, individual, de cada um dos empregados devidamente assinada;

d1) cópia dos documentos relativos às férias, rescisão contratual e respectiva homologação pelo sindicato (quando houver), bem como para os feristas ou substitutos eventuais as devidas comprovações de VA e VT;

e) cópia dos documentos comprobatórios do recolhimento das contribuições previdenciárias, relativos ao mês de prestação dos serviços: Relatório da Declaração Completa- DCTFWeb; Recibo de entrega da declaração DCTFWeb; DARF gerado pela DCTFWeb; e Comprovante de pagamento do DARF;

f) cópia dos documentos comprobatórios do recolhimento do FGTS, relativos ao mês de prestação dos serviços: GFD - Guia do FGTS Digital; Detalhe da Guia Emitida - Relação dos Trabalhadores - onde devem constar os trabalhadores alocados no contrato; e Comprovante de pagamento da GFD.

g) O substituto do prestatore faltoso ou afastado deverá constar no Relatório detalhado que acompanha a Guia de recolhimento do FGTS Digital.

7.5.12.4 - Quando da extinção ou rescisão do contrato de trabalho, e após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

- b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

7.5.12.5 – A QUALQUER TEMPO, documento solicitado pelo gestor ou fiscais do Contrato.

7.5.13 – DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

7.5.13.1 - O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

7.5.13.2 - A Administração CONTRATANTE poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

7.5.13.3 - Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e **reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada**, bem como comunicará o setor competente para abertura de procedimento de apuração de eventual descumprimento contratual.

7.5.13.4 - Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, **a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA** que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

7.5.13.4.1 - O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

7.5.13.4.2 - Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

7.5.13.5 - O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

7.5.13.6 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7.5.13.7 - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais **não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.**

7.6 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.6.1 - A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de **Medição de Resultado (IMR)**, conforme aferição da qualidade da prestação dos serviços dispostos neste item.

7.6.2 - Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.6.2.1 - Não produziu os resultados acordados,

7.6.2.2 - Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.6.2.3 - Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.6.3 - A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.6.4 - **Durante os primeiros 60 (sessenta) dias de contrato**, a título de carência, para que a CONTRATADA efetue os ajustes necessários à correta execução dos serviços, não serão aplicadas

Av. gov. Agamenon Magalhães, n.º 1.800, bairro do Espinheiro, em Recife/PE – Fone/fax: (81) 2125.7303

glosas no caso de relatório apontar pontuação na faixa de glosa. A carência a que se refere o caput não será válida em caso de prorrogação contratual.

7.6.5 - A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.6.5.1 - O período de apuração será mensal, coincidindo com o período de faturamento;

7.6.5.2 - Considerando o grande rol de rotinas de serviço a cargo do contrato, o IMR foi elaborado com base no critério de amostragem, sendo utilizadas como parâmetro aquelas que representam a parcela mais relevante dos serviços;

7.6.5.3 - Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos no IMR, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada, de acordo com as regras previstas neste instrumento, no Edital e demais anexos;

7.6.5.4 - Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do Contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos nas tabelas abaixo, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao fiscal administrativo do contrato;

7.6.5.5 - **Cabe ao fiscal técnico do contrato, até o terceiro dia útil do mês seguinte,** preencher a planilha do Instrumento de Medição do Resultado, descrevendo resumidamente a ocorrência e apurando a pontuação a ser aplicada;

7.6.5.6 - **Cabe ao fiscal administrativo ou gestor do contrato, até o sexto dia útil do mês seguinte,** elaborar planilha condensando os resultados de todos os IMRs dos postos, das possíveis glosas por faltas totais ou parciais dos empregados e de eventuais ajustes incidentes no contrato; e encaminhar a contratada;

7.6.5.7 - A Contratada poderá apresentar, no prazo de 3 (três) dias úteis, justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que comprovada documentalmente a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da Contratada;

7.6.5.8 - As glosas apuradas no IMR incidirão sobre o valor bruto do preço mensal, antes da incidência de eventuais descontos apurados sobre faltas e atrasos previstos neste item;

7.6.5.9 - Após será solicitado a emissão das Notas Fiscais.

7.6.6. Os Indicadores que regerão os critérios para avaliação do IMR terão como base as tabelas constantes no **APÊNDICE VII**, anexo a este Estudo e ao TERMO DE REFERÊNCIA.

7.7 – CONTRATO INTERMITENTE

7.7.1 - No âmbito do Ministério Público da União, o regime de trabalho intermitente foi inicialmente analisado por meio do Parecer SEORI/AUDIN-MPU n.º 889/2019. Nele, consta que a prestação de serviços com cessão de mão de obra, no âmbito da Administração, com a utilização de regime intermitente, dependerá da previsão no termo de referência ou projeto básico, o qual deverá prever o valor da hora de trabalho, bem como a periodicidade.

7.7.2 - No Parecer SEORI/AUDIN-MPU n.º 112/2020, o órgão manifestou-se favorável à previsão, no Termo de Referência ou no Projeto Básico, de utilização do regime de trabalho intermitente para suprir as substituições de afastamento legal dos prestadores de serviço nos contratos de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. Informou, ainda, que a forma de cálculo do pagamento dos substitutos eventuais sujeitos ao regime intermitente não necessita estar contida na planilha de custos e formação de preços do objeto a ser licitado, em razão de que nela já são previstos os “custos de reposição do profissional ausente”.

7.7.3 - No Parecer supracitado, a AUDIN ressalta também a importância de que o valor da remuneração do reserva seja calculado observando o valor do salário-hora dos demais trabalhadores não intermitentes, bem como as parcelas determinadas nos § 6º a 9º do art. 452-A da CLT, visto que ao trabalhador intermitente é devido salário equitativo ao dos demais trabalhadores não eventuais da empresa, a ser pago ao fim de cada ciclo de trabalho intermitente.

7.7.4 - Importante ressaltar que o contrato intermitente poderá ser utilizado **apenas em casos de substituições**, não sendo possível que os titulares dos postos sejam contratados por meio desse regime. Isso se deve ao fato que a Lei restringe o uso do regime intermitente a prestações de labor que ocorram de forma descontinuada, “com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade”, nos termos do §3º do art. 443 da CLT.

7.7.5 - Quanto ao questionamento feito pela PR/RN sobre as informações que deverão constar no Termo de Referência, a Audin informou que a Administração poderá dispor nos seus editais e contratos que se submetem às regras estabelecidas na Lei nº 13.467/17 quanto ao trabalho intermitente.

7.7.6 - Diante do exposto, tendo em vista a necessidade de que o assunto seja abordado na

contratação em estudo, sugere-se que seja acrescida ao TR cláusula com os seguintes dizeres:
"Quanto ao trabalho intermitente, aplicar-se-ão as regras estabelecidas na Lei nº 13.467/17."

VIII – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 - Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de dispensa de licitação, pregões e contratações públicas através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br> e do Sistema de Gestão Administrativa no âmbito do Ministério Público Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias e procedimentos que melhor atendam às necessidades da Administração.

8.2 – Conforme estudado no item V – Levantamento de Mercado, a melhor solução a ser adotada para a PRPE foi:

- a) contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de **manutenção predial**, com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO), que compreenderá, além do fornecimento de mão de obra, a alocação dos equipamentos, materiais (ferramentas) e EPIs necessários à execução dos serviços na PRPE e, eventualmente, nas PRMs de Caruaru, Garanhuns, Serra Talhada e Petrolina;
- b) contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de **manutenção de refrigeração/climatização**, com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO), que compreenderá, além do fornecimento de mão de obra, a alocação dos equipamentos, materiais (ferramentas) e EPIs necessários à execução dos serviços na sede da PRPE.

8.3 - Durante a fase de pesquisa de preços junto à Administração Pública, observou-se que a modalidade de licitação utilizada é o **Pregão Eletrônico**, que tem como tipo o menor preço, por se tratar de objeto comum em que as especificações e padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme se depreende da leitura da alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º da Lei 14.133/2021, conjugada com o artigo 29, parágrafo único, da mesma lei:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

*a) **serviço comum de engenharia**: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens; "*

(...)"

"Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o [art. 17 desta Lei](#), adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado."

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei."
grifo nosso.

8.4 - Para análise da exclusividade ou não da licitação para microempresas e/ou empresas de pequeno porte, a administração deve fazer a leitura e análise conjugada dos artigos 46, 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, conforme segue:

- Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (LC 123/06, Art 48, I);
- Não se aplica o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte quando:
 - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
 - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 75 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

8.5 - Considerando que o valor estimado da presente contratação se encontra acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), bem como que a reserva de cota de 25% não é vantajosa para a Administração, uma vez que restringe a eficiência e segurança da gestão contratual, além da perda da economia de escala, a presente licitação NÃO será exclusiva, NEM será estabelecida cota para ME/EPP.

8.6 - Assim, a solução passa pela contratação de empresas, através da modalidade “**Pregão Eletrônico para ampla concorrência**”, para:

- a) serviços continuados de **manutenção predial**, com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO), que compreenderá, além do fornecimento de mão de obra, a alocação dos equipamentos, materiais (ferramentas) e EPIs necessários à execução dos serviços na PRPE e, eventualmente, nas PRMs de Caruaru, Garanhuns, Serra Talhada e Petrolina;
- b) serviços continuados de **manutenção de refrigeração/climatização**, com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO), que compreenderá, além do fornecimento de mão de obra, a alocação dos equipamentos, materiais (ferramentas) e EPIs necessários à execução dos serviços na sede da PRPE.

8.7 - O modo de disputa escolhido, para ser utilizado no Pregão Eletrônico, será o “**aberto/fechado**”, devido à experiência de sucesso nas licitações realizadas pela PRPE.

8.8 - O critério de julgamento para a seleção do fornecedor será **MENOR PREÇO**, sendo o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances de **0,5% (meio por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta.

IX – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1 - Segue abaixo o que a legislação e os órgãos de controle dispõem sobre o tema.

Art. 40, da Lei nº 14.133/2021, dispõe:

“V - atendimento aos princípios:

[];

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

[];

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.”

Súmula nº 247 TCU, dispõe:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

9.3 - A regra a ser observada pela Administração nas licitações é pelo atendimento ao princípio do parcelamento do objeto, conforme disposto acima, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega.

9.4 – A contratação de serviços continuados de Manutenção predial permite sua divisão, porém o parcelamento poderia implicar numa complexa e desnecessária demanda para os fiscais e o gestor contratuais, uma vez que os serviços deixariam de apresentar um padrão de qualidade, gerando, inclusive, ingerência entre diversas empresas, caso o objeto fosse dividido em lotes independentes. No âmbito do MPU, o Parecer Corag/Seori/Audin-MPU nº 85/2011 admite ser possível o não parcelamento dos serviços destinados às unidades de uma PR.

9.5 - Além disso, a contratação sem parcelamento, de que trata o objeto, permite à Administração uma maior economia com ganho de escala, haja vista que as empresas participantes poderão vir a ofertar preços mais competitivos, sem restringir a competitividade. Ademais, como a prestação do serviço objeto da contratação é feito pelas empresas de mesmo ramo, ao parcelar, não haveria ampliação na competitividade.

9.6 - Assim, conforme entendimento do TCU, **para a contratação de serviços continuados de manutenção predial**, o parcelamento não é uma solução viável. A contratação de que trata o objeto, por meio de preço global, permite à Administração uma maior economia com ganho de escala, pois, conforme citado acima, as empresas poderão vir a ofertar preços mais competitivos, sem restringir a competitividade.

9.7 - Dessa forma, os itens **dos serviços continuados de manutenção predial** deverão ser agrupados em **LOTE ÚNICO** por terem grande similaridade nas características e especificações, cuja execução em conjunto trará significativa redução de preço, comparando-se com a realização dos serviços em separado, por fornecedores diferentes. Portanto, o objeto deverá ser prestado sem parcelamento, por uma única empresa, que se responsabilizará por todos os serviços e os riscos inerentes ao contrato.

9.8 - Já para a **contratação de serviços continuados de Manutenção de refrigeração/climatização** será licitado em apenas um ITEM.

9.9 - Em resumo, o pregão eletrônico será assim organizado:

ITEM	GRUPO/LOTE 01	Nº DE POSTOS
	DESCRIÇÃO - POSTOS DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	
Item 1	Auxiliar de manutenção predial (CBO 5143-10)	02
Item 2	Eletricista de manutenção eletroeletrônica (CBO 9511-05)	02

ITEM	ITEM SEM GRUPAMENTO	Nº DE POSTOS
	DESCRIÇÃO - POSTO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE REFRIGERAÇÃO/CLIMATIZAÇÃO	
Item 3	Mecânico de manutenção de ar-condicionado (CBO 9112-05)	02

X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 - Para um órgão público, a contratação de empresas de serviços terceirizados continuados de manutenção predial e manutenção de refrigeração/climatização busca principalmente os seguintes resultados:

- **Melhoria da imagem Institucional:** A contratação de serviços terceirizados de manutenção predial melhora diretamente a imagem institucional de um órgão público, pois assegura que o ambiente esteja sempre em boas condições. Ao manter o prédio seguro, funcional e visualmente agradável, a instituição demonstra eficiência e zelo com o patrimônio público, reforçando a confiança e o respeito da sociedade por seus serviços.
- **Saúde e Bem-Estar:** A contratação de serviços terceirizados de manutenção predial melhora diretamente a saúde e o bem-estar dos servidores públicos ao garantir um ambiente de trabalho seguro e funcional. A manutenção preventiva evita acidentes com eletricidade e curtos-circuitos, enquanto os reparos imediatos previnem a formação de mofo e umidade, dentre outros. Dessa forma, a atuação contínua e especializada cria um espaço mais confortável e higiênico, reduzindo riscos e melhorando a qualidade de vida no local de trabalho.
- **Otimização de Recursos Públicos:** Ao terceirizar, o órgão busca otimizar seus recursos, evitando a necessidade de contratar, treinar e gerenciar uma equipe própria de serviço de Manutenção predial. Isso libera o órgão para focar em suas atividades-fim, transferindo a responsabilidade operacional e de gestão da manutenção predial para a empresa especializada.
- **Flexibilidade e Agilidade:** A terceirização oferece flexibilidade para ajustar a demanda dos serviços conforme a necessidade do órgão, seja por eventos especiais, períodos de maior ou menor fluxo de pessoas, ou mudanças na estrutura física, sem que o órgão precise se preocupar com remanejamento de equipe.

XI – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.1 - Não são necessárias adequações e/ou modificações no ambiente do órgão previamente à contratação.

11.2 - Os materiais para manutenção predial e manutenção de refrigeração/climatização já foram contratados pela PRPE.

XII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

12.1 - Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

XIII – IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 - Entre os impactos ambientais do objeto, pode-se listar os seguintes:

- **Consumo de recursos naturais:**
A contratação desses profissionais também impacta o consumo de recursos naturais. A água é usada na limpeza e em alguns tipos de reparo, como em tubulações. A energia elétrica é consumida para operar ferramentas elétricas (furadeiras, lixadeiras, serras) e pode aumentar a demanda na rede. Além disso, a aquisição de novos materiais (tintas, cimento, fios) para a manutenção exige a extração e o processamento de matérias-primas, o que causa um impacto ambiental em toda a sua cadeia de produção.
- **Poluição Sonora e Atmosférica:**
O uso de ferramentas ruidosas, como furadeiras e serras, pode causar barulho excessivo, o que é um tipo de poluição sonora. Além disso, a aplicação de produtos como tintas e solventes pode liberar Compostos Orgânicos Voláteis (COVs) no ar. Esses compostos não só são prejudiciais à saúde da equipe e dos ocupantes do prédio, como também contribuem para a poluição do ar em geral.
- **Uso e descarte inadequado de produtos químico:**

- Utilização de produtos de refrigeração que podem conter substâncias tóxicas e não biodegradáveis (fosfatos, cloro, amônia etc.), que podem contaminar a água, o solo e o ar.
- Descarte incorreto de embalagens vazias ou restos de produtos químicos, que podem vazar e contaminar o meio ambiente.
- Danos à saúde dos próprios trabalhadores da manutenção predial e refrigeração devido à exposição a esses produtos.

- **Geração e descarte inadequado de resíduo:**

Este é um dos impactos mais comuns. A manutenção predial ou de refrigeração gera resíduos sólidos. Se esses resíduos não forem separados corretamente e descartados em locais apropriados, eles podem contaminar o solo e a água, já que muitos contêm metais pesados e outras substâncias tóxicas.

13.2 - Conforme o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF, tem-se como providências recomendadas para minimizar os impactos ambientais relacionados aos serviços:

- Realizar a coleta de resíduos provenientes dos serviços de manutenção predial ou de manutenção de refrigeração;
- Efetuar o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão;
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.

13.3 - Para minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos, o órgão público deve:

- Incluir critérios ambientais claros no edital de licitação.
- Colaborar com as empresas contratadas para educar os profissionais contratados sobre o descarte correto de resíduos.
- Estabelecer como escopo da contratação a obrigatoriedade de se realizar o descarte ambientalmente correto dos materiais e/ou produtos utilizados nos serviços de manutenção predial.
- Fiscalizar o processo de descarte que será adotado pela contratada, de forma diligente.
- Prezar, durante a fiscalização do serviço, pelo uso racional da água.

13.4 - AS CONTRATADAS deverão ainda atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

XIV – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidenciou que as contratações abaixo **são viáveis** do ponto de vista técnico e econômico, e contribuirá para o atingimento dos objetivos estratégicos do Ministério Público Federal, desde que sejam adotadas as premissas descritas neste documento.

- a) contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de **manutenção predial**, com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO), que compreenderá, além do fornecimento de mão de obra, a alocação dos equipamentos, materiais (ferramentas) e EPIs necessários à execução dos serviços na PRPE e, eventualmente, nas PRMs de Caruaru, Garanhuns, Serra Talhada e Petrolina;
- b) contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de **manutenção de refrigeração/climatização**, com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO), que compreenderá, além do fornecimento de mão de obra, a alocação dos equipamentos, materiais (ferramentas) e EPIs necessários à execução dos serviços na sede da PRPE.

XV – DOCUMENTOS ANEXOS

Anexo I	Apêndices: I (Do Detalhamento dos Serviços e Atribuições dos Cargos de Manutenção Predial) II (Do Detalhamento dos Serviços e Atribuições do Cargo de Mecânico de Manutenção de Ar-condicionado) III (Dos Uniformes e EPIs dos Cargos de Manutenção Predial) IV (Dos Uniformes e EPIs do Cargo de Mecânico de Manutenção de Ar-condicionado) V (Dos equipamentos e materiais dos Cargos de Manutenção Predial) VI (Dos equipamentos e materiais do Cargo de Mecânico de Manutenção de Ar-condicionado) VII (Do Instrumento de Medição de Resultados – IMR)
Anexo II	Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, Número de Registro no MTE PE000600/2025, dos SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL DEESTRADAS PAVIMENTACAO OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL INCLUSIVE, CNPJ n.08.142.317/0001-74, representado por seu presidente, Sr. REGINALDO JOSE RIBEIRO; E SINDICATO DA IND DA CONSTRUCAO CIVIL NO ESTADO DE PE, CNPJ n. 11.010.725/0001-87, representado por seu presidente, Sr. ANTONIO CLAUDIO SA BARRETO COUTO.
Anexo III	Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, Número de Registro no MTE PE001565/2025, dos SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICA, MECANICA E DE MATERIAL ELETRICO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, CNPJ n. 11.010.501/0001-75, representado por seu presidente, Sr. ABINADABE SANTOS DE LIMA; E SINDICATO DAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS E DE MATERIAL ELETRICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, CNPJ n. 08.032.856/0001-50, representado por seu presidente, Sr(a). ALEXANDRE JOSE VALENCA MARQUES.
Anexo IV	Convenção Coletiva de Trabalho ainda vigente 2024/2026, Número de Registro no MTE PE001380/2024, dos SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICA, MECANICA E DE MATERIAL ELETRICO NO ESTADO DE PERNAMBUCO , CNPJ n. 11.010.501/0001-75, representado por seu vice-presidente, Sr. JOSE EDINILSON DE LIMA SILVA; E SINDICATO DAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS E DE MATERIAL ELETRICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, CNPJ n. 08.032.856/0001-50, representado por seu presidente, Sr. ALEXANDRE JOSE VALENCA MARQUES.
Anexo V	Relatório de Pesquisa de Preços
Anexo VI	Mapa comparativo dos Uniformes e EPIs dos Cargos de Manutenção Predial
Anexo VII	Cotações dos Uniformes e EPIs dos Cargos de Manutenção Predial
Anexo VIII	Mapa comparativo dos Equipamentos e materiais (ferramentas) dos Cargos de Manutenção Predial
Anexo IX	Cotações dos Equipamentos e materiais (ferramentas) dos Cargos de Manutenção Predial
Anexo X	Mapa comparativo dos Uniformes e EPIs do Cargo de Mecânico de Manutenção de Ar-condicionado
Anexo XI	Cotações dos Uniformes e EPIs do Cargo de Mecânico de Manutenção de Ar-condicionado
Anexo XII	Mapa comparativo dos Equipamentos e materiais (ferramentas) do Cargo de Mecânico de Manutenção de Ar-condicionado
Anexo XIII	Cotações dos Equipamentos e materiais (ferramentas) do Cargo de Mecânico de Manutenção de Ar-condicionado
Anexo XIV	Planilha de custos - Eletricista
Anexo XV	Planilha de custos – Técnico Manutenção Predial
Anexo XVI	Planilha de custos - Técnico Refrigeração PRPE 2025
Anexo XVII	Planilha de custos - Técnico Refrigeração PRPE 2025 – Nova CCT
Anexo XVIII	Mapa de riscos
Anexo XIX	Distribuição do sistema de refrigeração/climatização da sede da PRPE
Anexo XX	Mapa comparativo do cálculo das diárias e certidões de cotações das diárias
Anexo XXI	Planilha de Atividades/procedimentos de manutenção preventiva

Recife, 25 de fevereiro de 2026.

MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

FLÁVIO KOJI HIRAMINE
NMSG/PRPE - SETOR DEMANDANTE

SÉRGIO VIEIRA FERNANDES

ANALISTA ADMINISTRATIVO - FISCAL ADMINISTRATIVO

IZAHILTON MENDES GUIA JÚNIOR

DICGC/PRPE

MARCOS AMORIM DE MORAIS

DEOF/PRPE

ALCIONE MARTINS DA SILVA

COORDENADORA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO E CA SUBSTITUTA/PRPE

XVI – APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE

APROVO O PRESENTE ETP E ESTABELEÇO O PRAZO DE 10 DIAS COMO LIMITE PARA CONFECCÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA ÁREA DEMANDANTE, COM APOIO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO (ART. 27, IN Nº 05/2017/MPDG).

PATRÍCIA GONÇALVES ALMEIDA TESCH

SECRETÁRIA ESTADUAL/PRPE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PE-00011565/2026 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 6-2026**

.....
Signatário(a): **ALCIONE MARTINS DA SILVA**

Data e Hora: **25/02/2026 09:44:24**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **FLAVIO KOJI HIRAMINE**

Data e Hora: **25/02/2026 09:46:31**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **SERGIO VIEIRA FERNANDES**

Data e Hora: **25/02/2026 11:21:47**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **MARCOS AMORIM DE MORAIS**

Data e Hora: **25/02/2026 11:46:00**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **PATRICIA GONCALVES ALMEIDA TESCH**

Data e Hora: **25/02/2026 14:01:10**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **IZAHILTON MENDES GUIA JUNIOR**

Data e Hora: **25/02/2026 16:21:34**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 673a7363.9973ca62.7331e67b.ec639c2c



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Registro de Arquivo Complementar

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente:

PR-PE-00011565/2026 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 6-2026

Complementar - ETP_Terceirizacao.Manutencao_Predial.06-06-2026

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[ETP_Terceirizacao.Manutencao_Predial.06-06-2026\(NOVAversaofinal-24-02-](#)